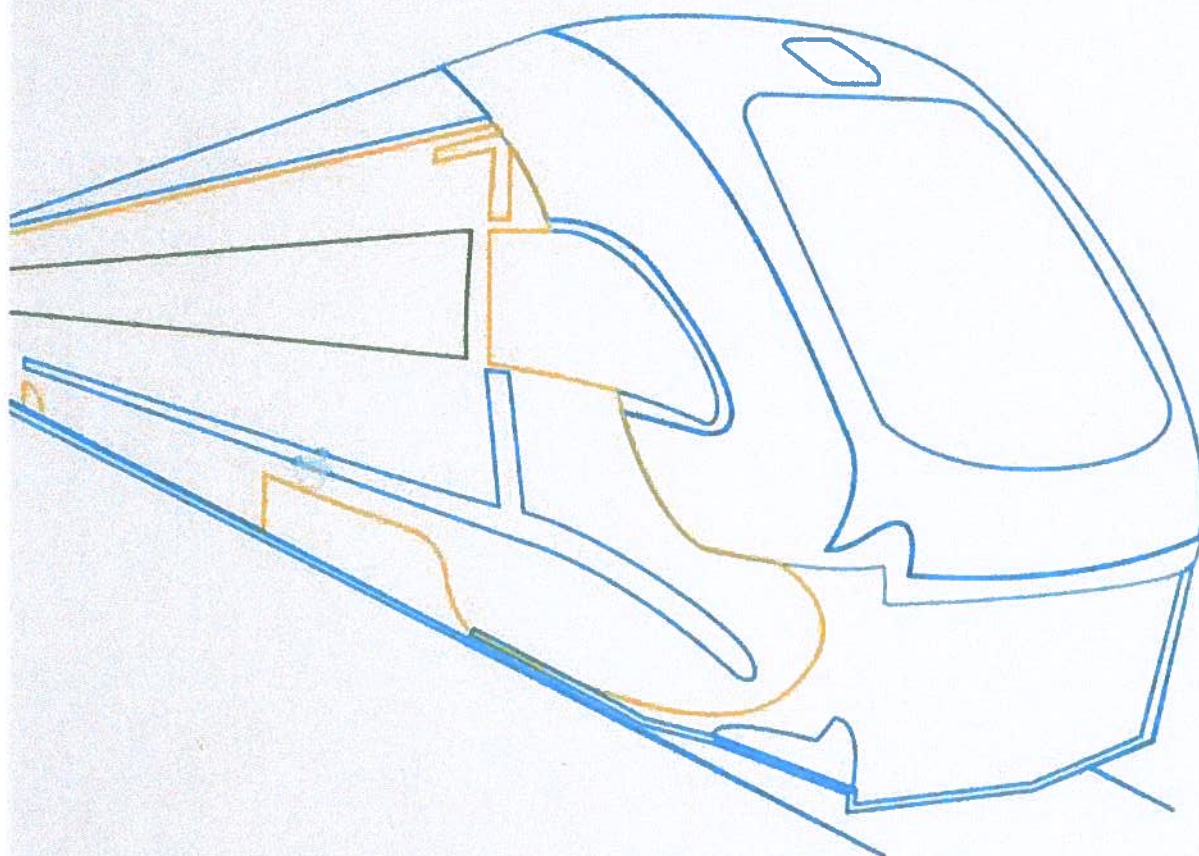


CONTRATO Nº 032-2024/DT

CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVI-
ÇOS LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO EXECUÇÃO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- MATRIZ E RISCO E RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU** e do outro **CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Técnica **ADRIANA FONSECA LINS**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pela CREA/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e a empresa **CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 08.202.696/0001-40, com sede na Rua Ipanguaçu, nº 1033, CEP. 59.015-030, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por seu Diretor **RAFAEL VIEIRA ARRUDA CÂMARA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº 015/2024/GALIC/AC/CBTU**, Processo Administrativo **PROT nº 3843/2024**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, alterado pelo Decreto nº 10.273, de 13 de março de 2020 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **contratação de serviço de obra para a recuperação do talude entre as estacas 1+220m e 1+240m da via férrea da Linha Roxa da CBTU-STU-NATAL, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.**

[Handwritten signatures and initials]

3

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade: https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO

Handwritten signatures and initials:
- "Rudy" (signature)
- "Are" (initials)
- "J" (initials)
- "4" (number)



3.1. O prazo para início da execução do serviço será de 01 (um) mês iniciando-se mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª OEX – Ordem de Execução e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

3.1.1. O locais da execução do serviço será realizado no seguinte endereço:

STU-NAT	Entre as estacas 1+220m e 1+240m da via férrea da Linha Roxa da CBTU -Natal
---------	---

3.2. Será emitida uma Ordem de execução - OEX para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.5. A suspensão será formalizada através de Termo Aditivo, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O tipo de licitação será o menor desconto e o presente contrato será executado sobre regime de execução por empreitada por preço unitário.

4.1.1 O objeto contratual será executado conforme especificações e detalhamentos que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

[Handwritten signatures and initials]



5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, da seguinte forma:

5.1.1. Provisoriamente, assim que efetuada a entrega de cada parte do Serviço e/ou fornecimento DO OBJETO deste Termo de Referência, com o intuito de posterior verificação e atesto da conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

5.1.2. Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis de cada parte recebida provisoriamente, após verificação da qualidade, quantidade dos itens e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, se for o caso, com a sua consequente aceitação, que ficará a cargo do fiscal técnico do contrato.

5.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

5.3.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.4. O objeto não será recebido se os serviços estiverem em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.6. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.7. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a **CBTU** as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ 170.456,65 (cento e setenta mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e

Assinatura
APC



cinco centavos), conforme proposta da CONTRATADA, que será pago de acordo com os materiais fornecidos.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, em moeda nacional, em até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à CBTU pela CONTRATADA deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.2.1 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no EDITAL.

7.2.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada uma comunicação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CBTU.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela CONTRATADA:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a CONTRATADA poderá apresentar os documentos de cobrança à CBTU tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.4.1 Caso incorra em alguma das seguintes condutas:

Handwritten signatures and initials:
X
Rafael
ATU
7



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II – deixar de fornecer os materiais, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2024, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: 15.453.0032.2843.0001

8.1.2. Elemento de Despesa: 449051

8.1.3. Plano Interno: N1AAMA02



8.1.4. Categoria Econômica: Despesas de Capital

8.1.5. Nota de Empenho: 2024NE2977, datado de 26 de dezembro de 2024

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que seja observada a periodicidade anual, contada da data limite para apresentação da proposta para o primeiro reajuste e para os subsequentes à data do último reajuste, independentemente da data de assinatura do contrato (e/ou da data do último aditivo de reajustamento), tendo por base de variação dos componentes dos custos ocorridos no período, devidamente justificada e demonstrada detalhadamente, utilizando-se a seguinte expressão:

$R = P0[(I - I0)/I0]$ sendo:

R= Valor do reajuste procurado;

P0 = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice de Obras Portuárias –Linhas Férreas –159711, correspondente ao mês de reajuste do contrato;

I0 = Índice de Obras Portuárias –Linhas Férreas –159711, correspondente ao mês da data base.

Data Base: Data (dia) da apresentação da proposta ou do último reajuste.

9.3. Tratando-se de contrato celebrado em moeda estrangeira não será aplicável a adoção do índice de reajuste nacional previsto no item 9.2, uma vez que o pagamento se dará com base no valor da moeda estrangeira vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, nos termos do art. 23-A, § 4º, do RILC-CBTU; hipótese em que restará garantida a manutenção das condições efetivas da proposta apresentada na licitação.

9.4. A adoção da regra prevista no item anterior não impede a realização de revisão contratual, objetivando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016; desde que efetivamente demonstrados os requisitos legais pela parte interessada na revisão.

9.5. A matriz de riscos definida no Anexo VII é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

10.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

10.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.

10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

Rubem APC



10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

10.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e 10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do **Edital de Licitação**, do **Termo de Referência** e da **Proposta**, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expreso consentimento da **CBTU**.

[Handwritten signatures and initials]



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

[Handwritten signatures]



13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] *ATM*

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar a execução da parte do objeto referente às obras ferroviárias uma vez que constitui parte de relevância técnica do objeto.

16.3. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.4. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.5. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2. A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3. A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

Handwritten signatures and initials:
A large blue checkmark.
A signature that appears to be "Rafael".
Initials "MR".



20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

mtu

Ruby

4



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

23.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;

23.1.1.1. Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: rodolpho@cbtu.gov.br

23.1.1.3. Telefone: (61) 2107-8344

23.1.2. Empresa: CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA;

23.1.2.1. Endereço: Rua Ipanguaçu, nº 1033, Tirol – Natal/RN – CEP 59.015-030

23.1.2.2. Correio Eletrônico: conarte@construtoraconarte.com.br

23.1.2.3. Telefone: (84) 3206-6796

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 25/11/2024

24.1.3. Edital do Pregão Eletrônico Nº 15/2024/GALIC/AC/CBTU; e

24.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf.

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

[Handwritten signatures and initials]



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

Handwritten signature

Handwritten signature

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

28.1 A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

28.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência.

28.3 A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CONTRATANTE**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência.

28.4 A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos, Anexo II, do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

29.1. Compete à **CONTRATADA**, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 22 do RILC/CBTU.

29.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a **CBTU**, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: PUBLICAÇÃO

301. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

30.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

Handwritten signatures and initials:
AZU
21



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

31.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

31.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

31.4 Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e à CONTRATADA e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

32.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219

[Handwritten signatures]

22



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Brasília, 30 de dezembro de 2024.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

CONTRATANTE

[Redacted Signature]

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

[Redacted Signature]

Adriana Fonseca Lins
- Diretora de Técnica -

CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CONTRATADA

[Redacted Signature]

Rafael Vieira Arruda Câmara
- Representante Legal -

Testemunhas:

1 -

CPF:

[Redacted Signature]

[Redacted CPF]

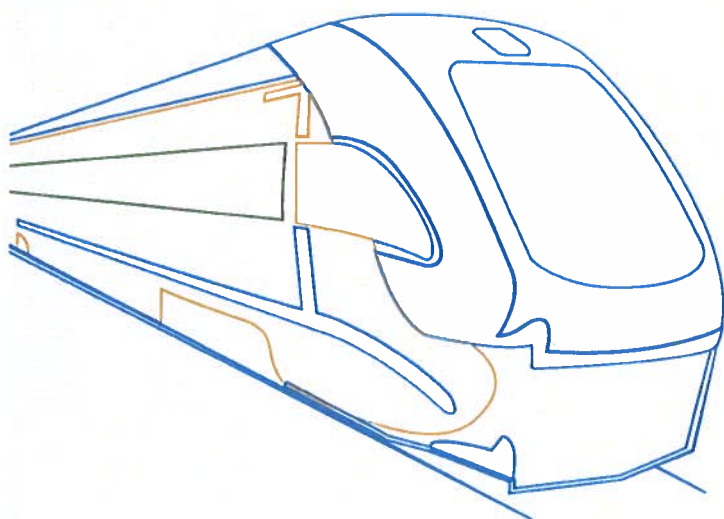
2 -

CPF:

[Redacted Signature]

[Redacted CPF]

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

TERMO DE REFERÊNCIA

(06-2024/GEENG/GAESP/DT)

RECUPERAÇÃO DE TALUDE DA LINHA ROXA – STU/NAT

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS – GAESP

DIRETORIA TÉCNICA - DT



TERMO 006-2024/GEENG/GAESP/DT – RECUPERAÇÃO DE TALUDE DA LINHA ROXA – STU/NAT



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	1
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO	1
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	1
4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS	3
5. ESTIMATIVA DE PREÇO	7
6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES	7
7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	11
8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	11
9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA	11
10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	12
11. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	13
12. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO	16
13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DOS SERVIÇOS	17
14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	20
15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	20
16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	20
17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA	22
18. MATRIZ DE RISCOS	23
19. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	23
20. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	25
21. DISPOSIÇÕES GERAIS	25



TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. Com a ocorrência do rompimento da adutora da SAAE, que intercepta um trecho da Linha Roxa na STU/NAT, foi necessário o adiamento do início da operação de transporte de passageiros em razão do desmoronamento do talude de sustentação da Via Férrea.
- 1.2. SAAE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gonçalo do Amarante-RN.
- 1.3. **Definição de talude:** plano de terreno inclinado que limita um aterro e tem como função garantir a estabilidade do aterro. Pode ser resultado de uma escavação ou de origem natural. Talude sendo protegido com enrocamento.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Este Termo de Referência tem como finalidade a contratação de serviços de obra para a recuperação do talude entre as estacas 1+220m e 1+240m da via férrea da Linha Roxa da CBTU-STU-Natal.
- 2.2. O objeto pretendido nesta contratação possui características e padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, razão pela qual pode ser caracterizado como **SERVIÇO COMUM de engenharia**, conforme os termos do inciso IV do art. 32 da Lei 13.303, de 2016 e art. 113 do RILC/CBTU, de 2020.
- 2.3. A CBTU irá fornecer o conjunto de documentações em nível de projeto executivo à CONTRATADA após a assinatura do pertinente Contrato. Todas as especificações técnicas minimamente necessárias à execução dos serviços já se encontram devidamente explicitadas no presente Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A contratação prevista neste Termo de Referência é essencial para permitir o início da operação da via, atualmente paralisada devido ao rompimento da tubulação adutora localizada sob a via ferroviária na linha Roxa – STU/NAT.
- 3.2. Os danos sofridos pela via permanente impactam diretamente os usuários do sistema ferroviário e, de forma indireta, prejudica a economia da região devido à total indisponibilidade de trens no segmento interrompido. Portanto, a contratação dos serviços previstos neste ETP é imprescindível para recompor o sistema afetado com a maior celeridade possível.



3.3. Os danos sofridos pela via permanente podem ser observados nas figuras abaixo:



Figura 1: Escavação do talude acima da região de rompimento da adutora

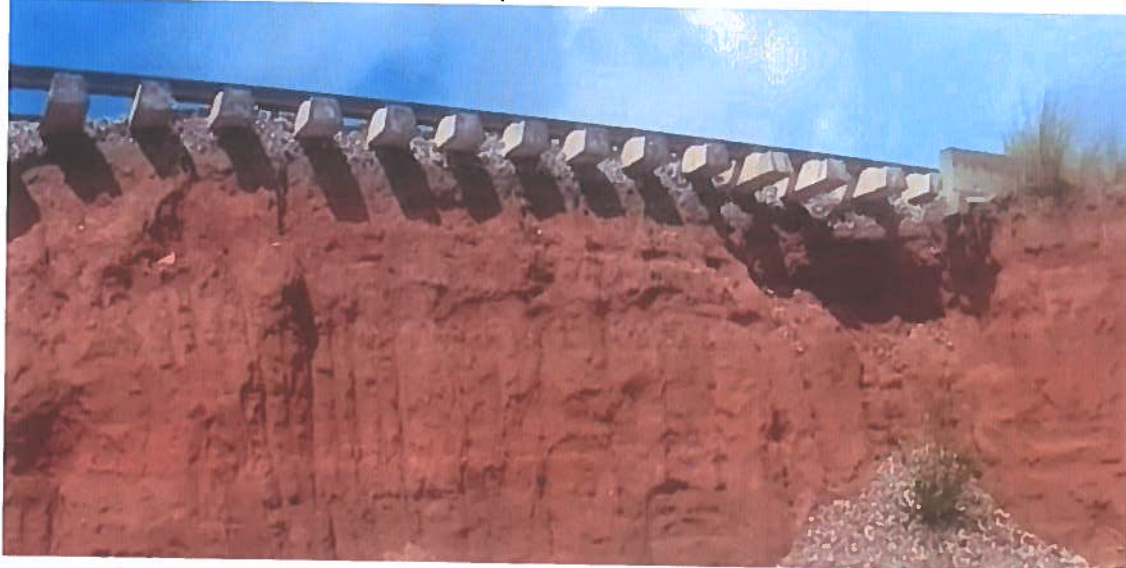


Figura 2: Escavação do talude acima da região de rompimento da adutora - continuação.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

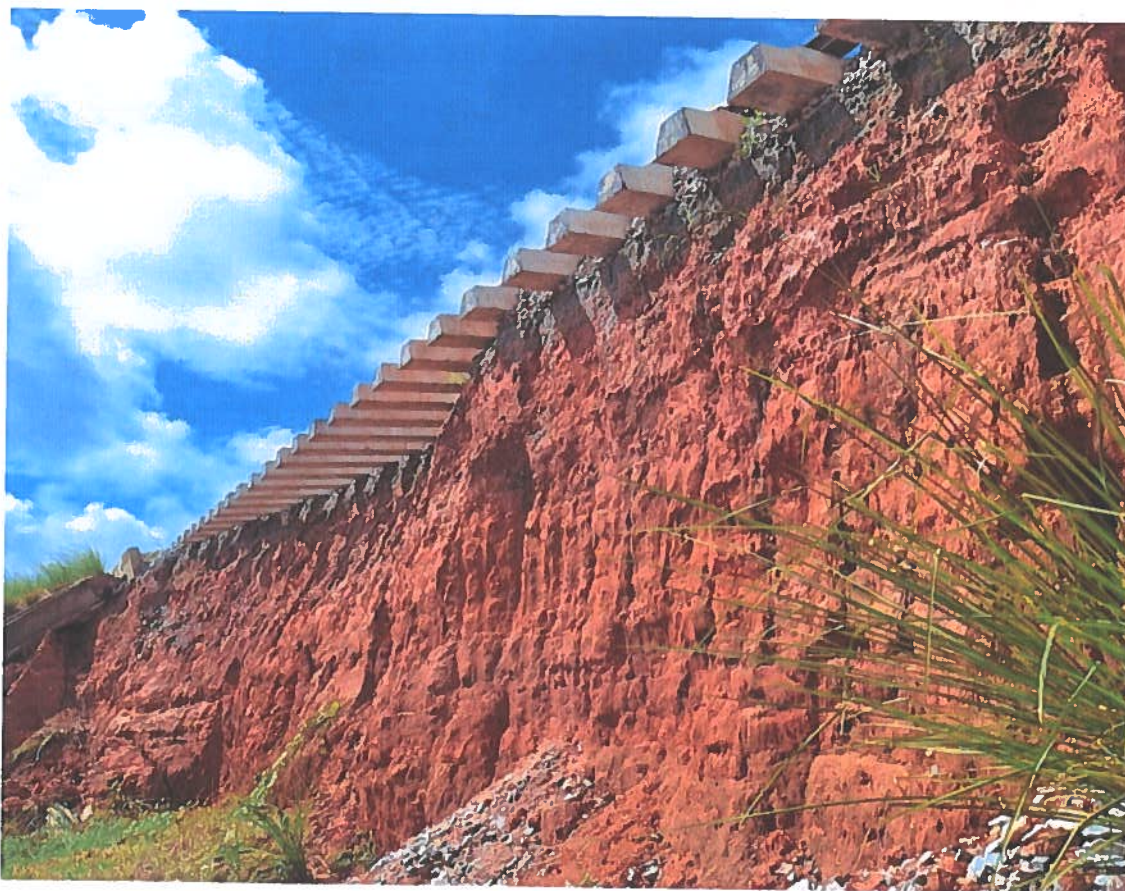


Figura 3: Extensão de via afetada pelo rompimento da adutora.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS

- 4.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços de recomposição do talude no trecho de via férrea afetado conforme as figuras acima, a fim de restabelecer as condições de segurança e operação do tráfego no local prejudicado pelo rompimento da adutora.
- 4.2. Nos serviços incluídos no escopo do projeto estão: desguarnecimento manual de via, demolição de guias e sarjetas, escavações e transporte, compactação de aterros, regularização de subleito, fornecimento e espalhamento de pó de pedra e execução de dispositivos de drenagem.
- 4.3. O levantamento da relação de serviços e quantidades a serem contratados foram realizados mediante inspeções e análises técnicas dos profissionais da Coordenação Operacional de Acompanhamento e Controle de Obras (COACO) e revisado pela Gerência de Engenharia Civil (GEENG) da Administração Central. A extensão estimada de recuperação do talude é de 20m, sendo necessários volumes maiores de intenções para acesso e padrões de ângulos de corte e aterro conforme normas técnicas.



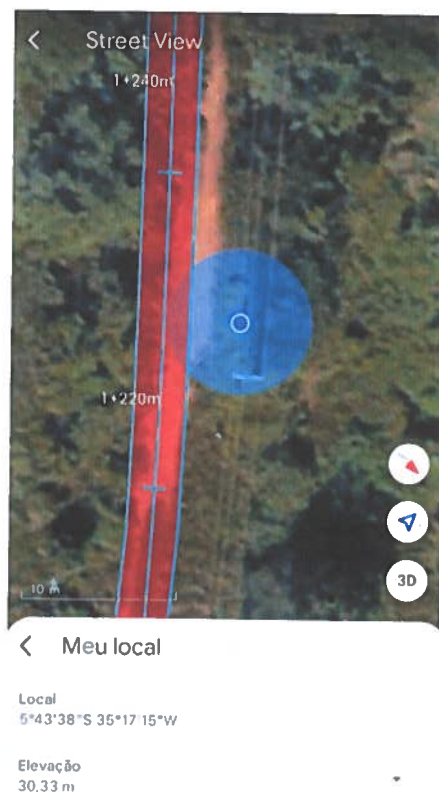
CBTU

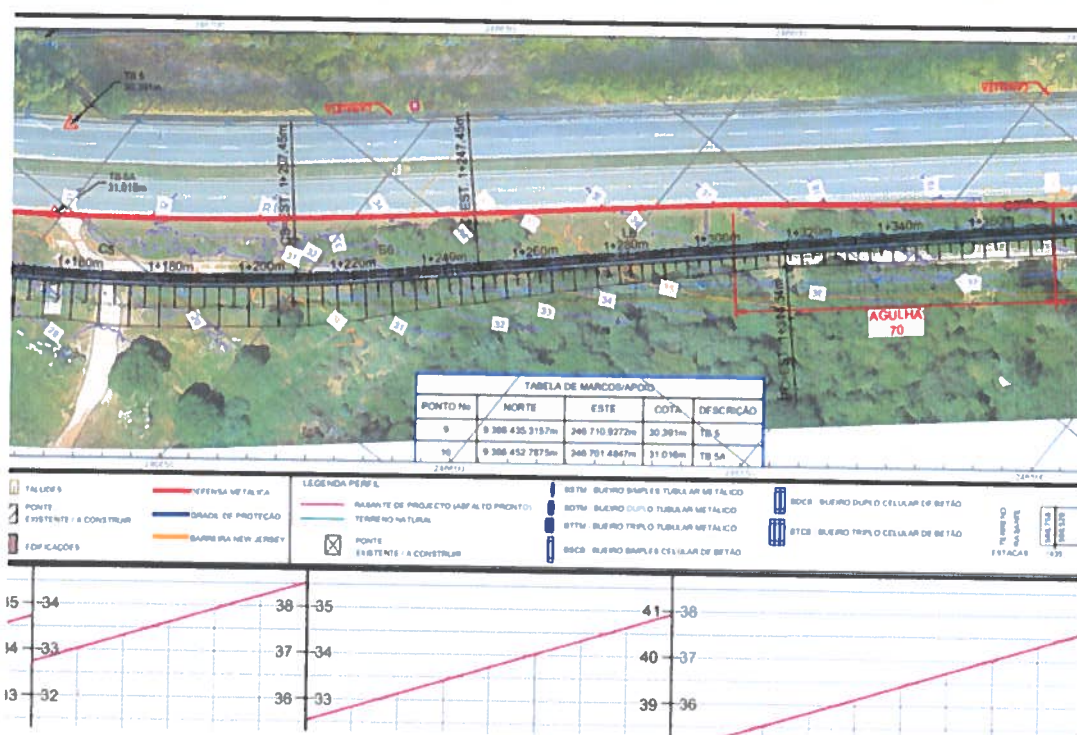
Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

4.4. Segue abaixo o comprimento estimado com a região aproximada e estaca conforme projeto da linha roxa:

- Coordenadas geográficas estimadas - $5^{\circ}43'38''S$ $35^{\circ}17'15''W$
- Estacas conforme projeto da Linha Roxa (Disponibilizado na fase de execução) - 1+240 m
- Extensão do talude a recuperar - 20 m







CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 4.5. A execução dos serviços deve estar em conformidade com os projetos técnicos, instruções técnicas da CBTU e termo de referência, bem como obedecer às especificações dos serviços.
- 4.6. A CONTRATADA deverá observar integralmente às Especificações de Serviços Via Permanente – **ESVP** da CBTU, obtida através do link:
<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/manutencao-metroferroviaria/especificacao-servico>
- 4.7. Deverão ser atendidas as legislações relativas ao Meio Ambiente concernentes ao objeto pretendido, quais sejam:
- ▣ Resolução CONAMA nº 307/2002
 - ▣ Resolução CONAMA nº 448/2012
 - ▣ ISO 14001:2015
 - ▣ Lei Federal nº 6.938/81
 - ▣ Lei Federal nº 9.605/98
- 4.8. Deverão ser observadas a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC-CBTU.
- 4.9. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), exigências, Especificações e Instruções de Serviços explicitadas neste Termo de Referência.
- 4.10. Segurança do Trabalho:
- 4.10.1. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar seu programa de prevenção de riscos, na forma de um PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), elaborado por profissional qualificado e legalmente habilitado, junto com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), bem como todos os projetos de proteção coletiva da obra, anexos ao PCMAT.
- 4.10.2. A CONTRATADA será obrigada a apresentar “plano de trabalho em altura” (**quando cabível**), de acordo com as características da obra/serviço, bem como elaborar, projetar e instalar os equipamentos de proteção coletiva, pertinentes a especificidade do serviço, respeitando as características da obra, nos moldes exigidos pela NR-18 e NR-35 (Normas Regulamentadoras 18 e 35) e demais normas técnicas pertinentes.
- 4.10.3. A CONTRATADA deve fornecer todos os equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, acessórios, bem como elaborar, projetar e instalar os sistemas de ancoragem necessários a realização de trabalhos em altura, respeitando os padrões normativos legais, quando aplicáveis.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 4.10.4. Deverá ser elaborado pela CONTRATADA o Checklist de segurança, saúde e meio ambiente, conforme orientação da equipe de segurança do trabalho da CBTU, e apresentá-lo antes do início da execução dos serviços contratados.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO

- 5.1. O preço total estimado para a prestação dos serviços é de **R\$ 170.473,70** (cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta centavos, conforme Planilha de Quantidades e Preços Estimados anexa.

6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS INTERESSADAS

- 6.1.1. Deverá ser agendada visita técnica ao local dos serviços em até **03 (três) dias anteriores à abertura das propostas**, a fim de que as empresas interessadas tenham ciência das condições nas quais deverão ser executados os serviços de recuperação do talude da via permanente. Após a visita técnica, deverá ser preenchido o **“atestado de visita técnica”** com as assinaturas do responsável técnico da licitante e do funcionário da STU/NAT que acompanhou a visita.
- 6.1.2. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá elaborar uma **“declaração de renúncia à visita técnica”**, sendo que, nesses casos, a empresa não poderá alegar futuramente o desconhecimento das peculiaridades do local de execução dos serviços para solicitar alterações ou pleitear aditivos.
- 6.1.3. Segue contato CBTU para agendamento de visita técnica, que deverá ocorrer no horário comercial de 8h às 17h:
- Jose Jurandi Lopes Campos - 81-99602-8242 / josecampos@cbtu.gov.br
 - Andre Correa Joia - 61-994648228 / acjoia@cbtu.gov.br
- 6.1.4. A interessada deverá apresentar o **“atestado de visita técnica”** ou a **“declaração de renúncia à visita técnica”** juntamente com a documentação entregue à CBTU, para fins de participação no processo de contratação.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.2.1. A CONTRATADA estará obrigada a atender todas as exigências feitas pela fiscalização do contrato por parte da CBTU, desde que as mesmas estejam devidamente fundamentadas.
- 6.2.2. A CONTRATADA deverá providenciar e manter atualizadas todas as licenças, registros e autorizações necessárias à execução dos serviços objeto da presente contratação, durante o prazo da prestação dos serviços.
- 6.2.3. É de responsabilidade da CONTRATADA, o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da contratação, baseando-se neste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo atendimento



a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento das normas técnicas da ABNT e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, entre outros, bem como por todos os danos causados às edificações do entorno ou a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ou ressarcindo os seus respectivos proprietários. Em suma, todos os danos causados à CBTU ou a terceiros pela CONTRATADA deverão ser reparados às expensas da mesma.

- 6.2.4. Todos os serviços subcontratados, desde que previamente autorizados pela fiscalização, deverão possuir anotação de responsabilidade técnica (ART) em separado da execução total dos serviços, e deverão ter como contratante a própria CONTRATADA, devendo ser entregue à fiscalização uma cópia do referido documento.
- 6.2.5. O responsável técnico pela execução dos serviços deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias para a conclusão dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a fiscalização.
- 6.2.6. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado formalmente pela fiscalização, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários à continuidade do andamento ou segurança dos serviços. As autorizações para execução destes serviços poderão ser efetivadas através de anotações no "Diário de Obras", através de carta, ou através do e-mail institucional da CBTU.
- 6.2.7. A CONTRATADA, a fim de garantir que todas as atividades executadas diariamente sejam adequadamente registradas (avanços, impedimentos, problemas, disponibilidade ou necessidade de aquisição de materiais, bem como qualquer outra informação que seja relevante para o andamento da obra), deverá preencher o documento oficial denominado diário de obra (também conhecido como relatório diário de obra - RDO).
- 6.2.8. O RDO deve ser adotado, preferencialmente, no formato digital, a fim de tornar seu uso ainda mais rápido, prático e eficiente, devendo ser criado antes do início da obra, juntamente com a fiscalização, no dia de início dos serviços. A CONTRATADA deverá garantir o acesso da fiscalização da CBTU aos registros do diário de obra, a fim de permitir a confirmação ou retificação do registro, bem como a inclusão de novas anotações.
- 6.2.9. Será tolerado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do diário de obras durante a execução do objeto, podendo, a partir desse prazo, ensejar a aplicação de penalidades, que serão definidas em Instrumento Contratual.
- 6.2.10. A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, das especificações técnicas bem como de tudo o que estiver contido nas normas,



especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste termo de referência.

6.2.11. A existência e a atuação da fiscalização não exime a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o código civil brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes, no município, estado e na união.

6.2.12. Além de todas as responsabilidades citadas anteriormente, a CONTRATADA também será responsável por:

- Planejar, conduzir e executar os trabalhos, com utilização de recursos humanos e técnicos adequados e procedimentos compatíveis, obedecendo rigorosamente às especificações e normas técnicas, administrativas e de segurança pertinentes;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e normativas vigentes sobre segurança e medicina do trabalho;
- Providenciar e manter atualizadas todas as licenças, registros e autorizações necessárias à execução dos serviços objeto da presente contratação, durante o prazo da prestação dos serviços, inclusive manter cópia da ART relativa aos serviços nos locais de execução;
- Disponibilizar equipes formadas em quantidade suficiente a atender as necessidades dos serviços contratados;
- Fornecer telefone celular de contato para o engenheiro responsável técnico pela execução dos serviços desse contrato, a fim de atender a quaisquer necessidades da contratante;
- Manter todos os equipamentos e ferramentas alocados na execução dos serviços em perfeito estado de conservação, manutenção, asseio e higiene, prontos para utilização a qualquer tempo;
- Manter equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade suficiente, de forma a não haver paralisação, atraso e descontinuidade na prestação dos serviços, bem como todos os dispositivos de segurança necessários para mitigar qualquer tipo de risco de acidente a operadores e a terceiros;
- Utilizar mão de obra especializada na execução dos serviços.
- Reunir-se com as áreas de segurança do trabalho, segurança patrimonial e meio ambiente da contratante, para receber as orientações e recomendações pertinentes e indispensáveis à execução dos serviços. A equipe de fiscalização do contrato será mediadora nestas situações;
- Comunicar espontaneamente à contratante os eventos não rotineiros ocorridos na ausência da fiscalização;
- Executar e fornecer, quando solicitados, os elementos necessários ao registro de serviços, dados estatísticos, tais como, demonstrativo de custo, notas fiscais,



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

controles e quaisquer informações que servirem para instruir estudos, análise, controles e pesquisas promovidas pela contratante;

- Aceitar o fiscal indicado pela contratante, o qual terá poderes para praticar qualquer ato nos limites da presente contratação;
- Manter um preposto no local da obra/serviço para fazer o gerenciamento das atividades do contrato bem como para responder legalmente pela CONTRATADA;
- Fornecer, para seus empregados, uniformes e EPIs condizentes com as tarefas, tais como bota, capacete, colete refletivo, óculos de proteção, protetor auricular, luvas, etc., em conformidade com orientações das normas brasileiras de segurança do trabalho ou da contratante. A CONTRATADA será penalizada caso seja descumprido este item, sendo a penalidade estipulada pela contratante em função da gravidade e impacto do prejuízo gerado às suas atividades e imagem, em conformidade com as condições estipuladas em contrato;
- Cumprir os prazos definidos nas Ordens de Execução sob pena de pagamento de multa por atraso parcial de cronograma;
- Manter seus empregados devidamente uniformizados com identificação da CONTRATADA;
- Comparecer às reuniões quando solicitada pela contratante;
- Dirigir-se apenas aos prepostos da contratante (fiscal ou gestor) para esclarecimento de qualquer dúvida;

6.2.13.

6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.3.1. Compete à CBTU, como contratante, as seguintes responsabilidades elencadas abaixo:

- Pagar à CONTRATADA as importâncias devidas pelos serviços prestados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- Facilitar à CONTRATADA o ingresso em suas dependências, conforme se fizer necessário à execução dos serviços contratados;
- Prestar à CONTRATADA as informações necessárias à realização dos serviços contratados, quando disponíveis, ou prestá-las, em prazo razoável, quando a CBTU não dispuser das mesmas;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representante.



7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 7.1. O prazo de execução dos serviços será de 01 mês, contados a partir da data de sua assinatura, conforme cronograma físico-financeiro presente no Anexo deste TR.
- 7.2. Deverá ser apresentado pela CONTRATADA um cronograma de ações detalhado com a discriminação sequencial dos serviços a serem executados, devendo o mesmo ser entregue à CBTU no período de até 07 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato. O plano de ataque deve ser elaborado respeitando o que foi definido no cronograma físico-financeiro, de modo que os serviços deverão ser executados sem prejudicar o andamento normal das atividades desenvolvidas pela CBTU. Havendo necessidade de paralisação de alguma atividade de rotina para a realização dos serviços pela CONTRATADA, estes ficarão condicionados aos horários disponibilizados pela fiscalização da CBTU.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Verificada a execução completa de todos os serviços prestados (tanto em termos de qualidade, quanto na quantidade), pertinentes ao objeto contratual, será procedido, pela CBTU, o recebimento oficial do objeto. Para tanto, será lavrado o respectivo Termo de Recebimento e Entrega dos Serviços e Obras, permanecendo a responsabilidade da CONTRATADA, previsto no Capítulo VIII, Art. nº 618 do Novo Código Civil Brasileiro.
- 8.2. Para o recebimento e aceitação do objeto especificado por este Termo de Referência pela CBTU, deverão ser observados os procedimentos de recebimento provisório e definitivo que estão definidos no art. 225, inciso I do RILC/CBTU, e apresentados a seguir:
- 8.2.1. **Recebimento provisório:** Será realizado pela fiscalização da CBTU, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias contados a partir da comunicação escrita e protocolada pela CONTRATADA junto à CBTU.
- 8.2.2. **Recebimento definitivo:** Será realizado pelo gestor do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento provisório.

9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 9.1. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO** (art. 123, inciso II do RILC/CBTU) em relação à planilha de preços estimados disponibilizada no Anexo.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 9.2. De forma complementar, em conformidade com o art. 125 do RILC/CBTU, depois de efetuado o julgamento das propostas, será promovida, pela CBTU, a verificação de sua efetividade, desclassificando aqueles que não cumprirem os subitens previstos no artigo.
- 9.3. O art. 127 do RILC/CBTU expõem os valores de propostas consideradas inexequíveis, passíveis de desclassificação, escolhendo-se o menor dos valores como descrevem os incisos I e II.
- 9.4. Demais orientações sobre o procedimento de contratação serão definidas pelo edital.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Em face do objeto a ser licitado a licitante deverá apresentar:

10.1.1. A fim de assegurar a execução das atividades por empresas tecnicamente capacitadas, a Contratada deverá apresentar documentos que comprovem a capacidade técnica, para isto deverá apresentar **Capacitação Técnica Operacional**:

- a) Comprovação de aptidão para execução do objeto, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica de fornecimento, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor declarando ter o licitante executado em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) das quantidades previstas na planilha de preços.
- b) Certidão atualizada de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), para efeito da Lei Federal n. 5.194 de 24/12/66.

10.2. **Para efeito de habilitação** no processo de contratação, a empresa deverá comprovar a execução mínima igual a 40% (quarenta por cento) dos itens de maior relevância da planilha de quantidades e preços estimados (ANEXO), a saber:

- ☑ **Item 5.1: Escavação manual em material de 1ª categoria – mínimo de 388 m³.**
- ☑ **Item 5.3: Compactação de aterro a 100% do Proctor normal – mínimo de 447 m³.**

10.3. Caberá ao corpo técnico da CBTU o julgamento da similaridade do serviço apresentado em relação ao definido para a contratação e demais documentos do processo, sendo admitido o somatório de atestados.

10.4. **Capacitação Técnica Profissional** - A Contratada deverá apresentar, **na fase de execução**, o responsável técnico com ART em registro de classe vigente, referente à especialidade dos serviços executados, que envolvam execução de quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) das quantidades objeto deste ETP.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

11. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

11.1. O contrato será executado pelo regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, considerando cada unidade dos itens constantes da “Planilha de Quantidades e Preços Estimados”, conforme definido no art. 19, inciso I do RILC/CBTU.

11.2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

11.2.1. Os serviços deste Termo de Referência dividem-se em 3 (três) categorias principais, sendo elas: Administração local, serviços preliminares e serviços de recuperação do talude, os quais seguem apresentados neste termo de referência na mesma ordem da planilha de quantidades e preços estimados, devidamente detalhados com descrição dos materiais adequados a serem utilizados, dos procedimentos para execução e critérios de medição. As unidades de medida utilizadas nos critérios de medição e as memórias de cálculo encontram-se na planilha de quantidades e preços estimados, encaminhada no ANEXO.

11.2.2. Todos os serviços devem ser executados em conformidade com o descrito neste Termo de Referência, no Caderno de Especificações Técnicas da CBTU e em procedimentos exigidos nas demais normas técnicas vigentes.

11.2.3. Administração local (Item 1 da Planilha Orçamentária):

11.2.3.1. A administração local e seus encargos complementares, conforme preconiza o entendimento do TCU, foram discriminados na planilha orçamentária. Para a condução dos serviços, ficou definida a necessidade de 01 (um) engenheiro civil júnior, de 01 (um) mestre de obras, de 01 (um) apontador, e 01 (um) vigia noturno, devendo os referidos profissionais demonstrar comprovações de que possuem capacidade técnica suficiente para a condução da obra.

Por peculiaridades e distribuição administrativas específicas e particulares das empresas, outros profissionais que a CONTRATADA acredite serem necessários para o bom andamento dos serviços, correrão por conta da mesma. Supervisores, técnicos de segurança da obra e outros profissionais que por ventura se façam necessários têm seus custos diluídos na **administração central**, ademais, não serão requeridos em tempo integral pela obra.

Crítérios de medição e pagamento: Em conformidade com o Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, os serviços serão medidos por mês, sendo o desembolso mensal um percentual entre o valor executado e o custo total previsto. A equipe da administração local será medida apenas a partir da contratação, mediante comprovação de qualificação em carteira profissional, e até



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

a conclusão dos serviços ou sua demissão – o que ocorrer primeiro. Destaca-se que é permitido contratar um profissional melhor qualificado, mas seu pagamento se fará sobre o valor discriminado em planilha de quantidades e preços apresentada e aprovada no processo de contratação.

11.2.4. Serviços Preliminares, (Item 2 da Planilha Orçamentária):

11.2.4.1. Locação de Equipamentos (container e banheiro químico): Este serviço consiste na locação (aluguel) de equipamentos que serão utilizados como apoio durante a execução da obra. Dentre esses equipamentos estão containers e banheiro.

Está prevista a locação de um container que servirá de almoxarifado e que deve ter dimensões mínimas de 6,00 x 2,40 m.

Além disso, está previsto o fornecimento e locação de banheiro químico, instalado dentro do canteiro de obras em local próximo à frente de serviço, a fim de evitar deslocamentos excessivos de mão de obra. O serviço também prevê a manutenção do banheiro, com 03 limpezas semanais, no mínimo, envolvendo serviços de limpeza, coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados. Importante salientar que a empresa que executará os serviços elencados no parágrafo anterior deve apresentar licença ambiental de operação (LO), que deve ser entregue à fiscalização antes de qualquer intervenção nos banheiros químicos, deve fornecer Manifesto de Transporte de Resíduos Perigosos em cada coleta e comprovar o descarte dos dejetos em local licenciado, por meio de apresentação de Certificado de Destinação Final – CDF, em até 05 (cinco) dias após a remoção do material.

Por fim, devem ser obedecidas, em qualquer situação, às boas condições de higiene e segurança do trabalho, conforme preconiza a “NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção”.

Crêterios de medição e pagamento: O serviço será medido por período de locação (mês) de container e/ou banheiro efetivamente fornecido e instalado, conforme planilha de quantidades e preços contratada, após atestada sua execução pela fiscalização.

11.2.4.2. Caminhão com Guindauto (Item 2.6): Consiste nas operações de carga, transporte e descarga de 02 (dois) containers até o local da obra, tanto no período de mobilização (instalação) quanto desmobilização (retirada) do canteiro. Para a determinação do custo do serviço, foi estimado o tempo médio de carga,



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

transporte e descarga em até 04 (quatro) horas por container e por conjunto de operação “carga + transporte + descarga”, mediante análise das circunvizinhanças.

No serviço estão incluídos todos os custos com mão de obra, materiais e equipamentos considerados necessários para sua completa execução, tais como caminhão carroceria (com capacidade de 6200,0 kg), responsável pelo transporte dos containers, bem como os custos com guindauto (capacidade de 11,70 t.m) para as operações de carga e descarga do equipamento no local indicado pela fiscalização.

Critérios de medição e pagamento: O serviço será medido uma única vez, pelo conjunto “carga + transporte + descarga”, em CHP (custo horário produtivo), de container, depois de efetivamente realizado, considerando como limite os valores estabelecidos na planilha de quantidades e preços contratada, após aprovado pela fiscalização. Caso o tempo efetivamente utilizado seja maior que o previsto na documentação CONTRATADA, caberá à mesma arcar com os custos excedentes, sem ônus adicional para a CBTU.

11.2.5. Serviço de Recuperação do Talude:

11.2.5.1. Escavação manual em material de Primeira Categoria (Item 5.1): Trata-se da retirada de todo material que compõe o restante da base da via permanente no trecho em questão.

Critérios de medição e pagamento: Os serviços serão medidos por volume (m^3) escavado, calculado conforme a seção do projeto, cabendo o custo proposto pela CONTRATADA, remunerar todo e qualquer recurso necessário e suficiente a sua plena realização, incluindo ferramentas, equipamentos, mão de obra, EPIs, encargos sociais e fiscais, despesas administrativas, lucro etc.

11.2.5.2. Carga, manobras e descargas de agregados em caminhão basculante de $6m^3$ (Item 4.1): Consiste no serviço de carga, manobras e descarga de materiais granulares oriundos de obras, em caminhão basculante $6 m^3$ ou $10 m^3$ (com pá carregadeira).

Critérios de medição e pagamento: O serviço será medido pela unidade constante da planilha de serviços, ou seja, pelo volume em metros cúbicos (m^3) de entulho carregado, manobrado e descarregado em local apropriado, uma única vez, após aprovado pelo Contratante.

11.2.5.3. Transporte com caminhão basculante de $6m^3$, rodovia em revestimento primário (Item 4.2): Consiste no transporte, em caminhão basculante com capacidade de $6 m^3$, por meio de vias com revestimento primário.

Critérios de medição e pagamento: Este serviço será medido pelo volume, em metros cúbicos (m^3), de materiais efetivamente transportados até a área licenciada prevista no PGRCC, mediante a apresentação de Certificado de



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Destinação Final (CDF), considerando a quantidade prevista na planilha de quantidades e preços contratada, após atestada sua execução pela fiscalização.

11.2.5.4. Para-lastro (Item 6.1): Consiste na escavação de vala, lastro de concreto magro no fundo da vala, fornecimento e assentamento de muretas de concreto pré-moldadas, de 0,50 m de altura, com barbacãs em tubos de PVC de 2", assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, de acordo com o projeto padrão da CBTU, e têm por finalidade a contenção de lastro da via.

Crerios de medição e pagamento: Os serviços de para-lastros serão medidos por metro (m). Estão consideradas nestes preços as operações de escavação, fornecimento do para-lastro de concreto, sua aplicação sobre lastro de concreto e o rejuntamento. Os serviços serão pagos de acordo com os valores medidos em campo pela fiscalização e dos preços unitários contratuais, estando incluídos todos os custos com equipamentos, material, transporte, mão de obra e encargos necessários a execução dos serviços.

12. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em **consórcio**, por se tratar de serviço de engenharia de pequeno vulto e baixa complexidade.
- 12.2. A CONTRATADA deverá ser especializada na prestação dos serviços de terraplenagem, notadamente serviços relacionados à execução/manervação de vias férreas ou rodoviárias, disponibilizando profissionais com qualificação técnica adequada para execução e acompanhamento da obra, devidamente registrados nas entidades de classe pertinentes. Será possível, no entanto, a **subcontratação** de terceiros para execução de parte do objeto, desde que a empresa a ser subcontratada também seja especializada, notadamente no que se refere ao serviço terceirizado, sendo necessário ainda informar previamente à fiscalização da CBTU, a quem caberá aprovação ou negação do pedido. No caso de subcontratação, a CONTRATADA ainda será responsável, perante a CBTU, pela qualidade de execução dos serviços prestados por terceiros, bem como pelo cumprimento integral dos prazos e demais requisitos do contrato.
- 12.3. A possibilidade de subcontratação mencionada no parágrafo anterior, quando autorizada formalmente pela fiscalização da CBTU, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme definido no art. 224 do RILC/CBTU.
- 12.4. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de habilitação técnica, exigidas da CONTRATADA neste Termo de Referência.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 12.5. A subcontratação sem a autorização da CBTU a que se refere o item 12.2 acima, ou em desacordo com ao estabelecido no art. 78, parágrafo 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, parágrafo 2º do RILC/ CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Referência.
- 12.6. A CONTRATADA é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados por empresa subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 12.7. É vedada a subcontratação de empresa que tenha participado do processo do qual se originou a contratação e também participou direta ou indiretamente da elaboração de projeto básico ou executivo.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 13.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:
- 13.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.
- 13.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;
- 13.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.
- 13.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 13.2.1. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 13.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 13.3.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;



- 13.3.2. Prejuízos causados a administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 13.3.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
- 13.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 13.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 13.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 13.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 13.7. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 13.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 13.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 13.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 13.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 13.12. Será considerada extinta a garantia:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 13.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
- 13.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
- 13.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 13.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 13.13.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 13.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 13.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 13.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 13.14. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
- 13.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.
- 13.16. Garantia dos serviços:
 - 13.16.1. A CONTRATADA deverá contemplar rigorosamente a garantia de adequação dos serviços executados, nos termos e no prazo da garantia mínima legal pertinente, a contar do seu recebimento definitivo, conforme disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
 - 13.16.2. Os serviços deverão ter garantia total durante o período de 01 (um) ano, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e, para o caso dos materiais aplicados/fornecidos, o prazo desta garantia será de 05 (cinco) anos.
 - 13.16.3. Fica perfeitamente acordado que, durante o período de garantia, a CONTRATADA se compromete a repor os materiais em perfeitas condições de uso, no menor prazo possível, para as aplicações que forem reconhecidamente defeituosas no seu todo ou em suas partes componentes, considerando ainda que todo material e mão-de-obra necessários ao cumprimento do exposto anteriormente ficarão a cargo da CONTRATADA.



- 13.16.4. A aceitação pela CBTU de qualquer material ou serviço não exime a CONTRATADA de plena responsabilidade de todas as garantias estabelecidas, sendo ainda (a garantia) independente de todo e qualquer resultado decorrente dos ensaios realizados.

14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 14.1. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$R = P_0 [(I - I_0) / I_0] \text{ sendo:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

P₀ = Valor da medição a ser reajustada;

I = (Índice de Obras Portuárias – Linhas Férreas – 159711, publicado pela Função Getúlio Vargas na plataforma FGV Dados, correspondente ao mês de reajuste do contrato

I₀ = ((Índice de Obras Portuárias – Linhas Férreas – 159711, publicado pela Função Getúlio Vargas na plataforma FGV Dados, correspondente ao mês da data base; Data base: data (dia) da apresentação da proposta)

- 14.2. Atrasos imputáveis à CONTRATADA serão deduzidos do índice de reajuste anual apurados, considerando-se os índices acumulados relativos aos atrasos ocorridos. Esta dedução será informada e apurada pela CBTU anteriormente à ocorrência do aniversário da data-base do contrato.
- 14.3. A Matriz de Riscos definida no Anexo é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. **Prazo de execução:** Os serviços deverão ser executados no prazo de 01 mês contados a partir do recebimento da Ordem de Execução.
- 15.2. **A vigência do contrato:** 03 meses, a partir da assinatura do contrato.

16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. COMPETE AOS GESTORES:

- 16.1.1. Responder pelo controle e acompanhamento, observando os aspectos físicos e financeiros, dos serviços para o qual foi designado, reportando-se ao chefe do órgão



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

estrutural no qual está lotado com vistas a receber a orientação técnica para seu adequado desempenho;

- 16.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;
- 16.1.3. Verificar previamente e comunicar ao contratado o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição do item;
- 16.1.4. Coordenar e orientar a atuação do Fiscal do Instrumento Contratual;
- 16.1.5. Coordenar a execução dos serviços, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento Contratual;
- 16.1.6. Aprovar e encaminhar ao Centro de Gestão, os documentos de cobrança apresentados à CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências;
- 16.1.7. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, etc.) estão acompanhados dos comprovantes de recebimentos, atestados pelo Fiscal;
- 16.1.8. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de sua aplicação;
- 16.1.9. Exigir da CONTRATADA os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- 16.1.10. Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações de cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do Instrumento Contratual. Vale ressaltar que a CONTRATADA não poderá executar serviços que não constem no presente Termo de Referência e não foram previamente aprovados pela fiscalização. Serviços não especificados neste documento ou que precisem ser executados em quantidades superiores às previstas na planilha de quantidades e preços contratada somente poderão ser medidos se previamente propostos formalmente pela CONTRATADA, aprovados pela fiscalização, e tão somente após a celebração do devido termo aditivo ao contrato;
- 16.1.11. Formalizar à CONTRATADA a equipe técnica, própria ou de terceiros, que apoiará o Fiscal do Instrumento Contratual no exercício de suas atribuições;
- 16.1.12. Prover o Sistema de Informações Gerenciais de acordo com as instruções instituídas pela Diretoria pertinente;
- 16.1.13. Formalizar ao chefe do órgão estrutural ao qual está subordinado, ou ao qual o contratado está vinculado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do prazo de vencimento do



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Instrumento contratual, evidenciando a necessidade de aditamento do mesmo ou de deflagração de novo processo licitatório.

16.2. COMPETE AOS FISCAIS

- 16.2.1. Responder pela fiel execução do Instrumento Contratual, inclusive quanto a sua qualidade e exatidão, em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos serviços;
- 16.2.2. Fiscalizar todo o processo de execução dos serviços, desde o início até o término dos trabalhos, tendo, portanto, livre acesso a qualquer documentação referente a estes serviços e às instalações do canteiro de obras (quando aplicável). A CONTRATADA deverá designar formalmente (através de comunicação por escrito) um preposto, que poderá ou não ser o responsável técnico pela execução dos serviços, sendo essa pessoa de fácil acesso/comunicação ao fiscal da CBTU, e com autoridade para responder legalmente pela empresa contratada;
- 16.2.3. A fiscalização da CBTU poderá a qualquer tempo interromper a execução de tarefas, sempre que se constatar inconformidade com o estabelecido nas normas de saúde e segurança no trabalho.
- 16.2.4. Justificar, nos aspectos técnicos, ao órgão estrutural de sua lotação, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a posteriormente ao Gestor;
- 16.2.5. Prover o Sistema de Informações Gerenciais dos dados de realização física e demais informações de aspecto técnico, relativos ao andamento do Instrumento Contratual;
- 16.2.6. Analisar e submeter ao Gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- 16.2.7. A Fiscalização da CBTU reserva-se o direito de pedir o afastamento imediato de qualquer componente da equipe da CONTRATADA que, em sua opinião, esteja prejudicando o bom andamento dos serviços.



17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

- 17.1. Para execução do objeto detalhado neste termo de referência, **será permitido a participação de sociedades cooperativas.**

18. MATRIZ DE RISCOS

- 18.1. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato.
- 18.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo deste TR.
- 18.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 18.4. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 18.5. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.



19. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 19.1. Em observância aos §2º e §3º do art. 4º da Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG, será exigido que a empresa CONTRATADA confeccione e apresente um **Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)** referente ao presente empreendimento. O PGRCC apresentado pela CONTRATADA deverá respeitar as diretrizes da resolução do CONAMA nº 307/2002 e deverá ser entregue à fiscalização do contrato por parte da CBTU em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual para apreciação e análise. Caso a fiscalização da CBTU apresente questionamentos ou solicite alterações no PGRCC, a CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos devidos e realizar as modificações exigidas.
- 19.2. O PGRCC apresentado pela CONTRATADA deverá conter projeto do canteiro de obras organizado, com previsão de espaço físico para armazenamento dos resíduos gerados. A obra apenas poderá ser iniciada quando o canteiro de obras estiver instalado adequadamente conforme projeto apresentado e aprovado pela fiscalização da CBTU.
- 19.3. A apresentação do PGRCC é imprescindível e, caso a CONTRATADA não o entregue no prazo definido, a gestão do contrato por parte da CBTU emitirá notificação formal, na qual será explicitado o não atendimento a uma exigência do Termo de Referência da contratação, e, caso não haja apresentação do requerido nos 10 dias úteis após a notificação, deverá ser aberto um **Processo Administrativo Sancionador (PAS)** para apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis à CONTRATADA. Ressalta-se que o não cumprimento da entrega do PGRCC ensejará a aplicação de penalidades.
- 19.4. Todos os resíduos gerados deverão ser separados e armazenados de acordo com as normas técnicas vigentes (ABNT, NBRs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116 de 2004), devendo também ter destinação ambientalmente adequada, conforme resolução do CONAMA 307/2002, sendo a CONTRATADA obrigada a entregar à fiscalização o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) de todos os resíduos que forem removidos do local da obra.
- 19.5. Além do MTR, a CONTRATADA deverá apresentar **Certificado de Destinação Final (CDF)** de todos os resíduos retirados do local da obra, para comprovação de que a destinação foi realizada por empresa licenciada e de acordo com as normas ambientais vigentes. O CDF deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias corridos após a remoção do resíduo do canteiro de obras, ficando o pagamento da medição dos serviços sujeitos à sua apresentação. Ressalta-se que a não entrega da documentação ensejará a aplicação de penalidades.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 19.6. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 19.7. A CONTRATADA deverá treinar todos os seus funcionários para execução do PGRCC, priorizando a redução da geração de resíduos e a coleta seletiva, além de possuir um responsável pela fiscalização da sua correta aplicação durante toda a obra. A indicação do responsável pela fiscalização da aplicação do PGRCC deverá ser apresentada antes do início das atividades à fiscalização da CBTU.
- 19.8. Toda a legislação ambiental aplicável deve ser observada e atendida por parte da empresa contratada. Deve-se atentar, especialmente, para as Leis Federais 9.638/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA), 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS), e as Resoluções do CONAMA nº237 e nº307.
- 19.9. A CONTRATADA deverá comprovar a origem de todo produto florestal utilizado na execução da obra ou serviço, de acordo com Instrução Normativa do IBAMA nº 09/2016, entregando uma cópia do Documento de Origem Florestal (DOF) à fiscalização da obra.
- 19.10. Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 19.11. A CONTRATADA deverá utilizar agregados reciclados na obra, sempre que tecnicamente viável, existir oferta, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais. Deverá ainda treinar seus funcionários, visando à adoção de práticas para redução do consumo de energia elétrica e de água. Ressalta-se que o não cumprimento ensejará a aplicação de penalidades.
- 19.12. A CONTRATADA deverá empregar tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo, observando a resolução CONAMA 307 e o Decreto 4.581 de 27 de janeiro de 2003, da Presidência da República.
- 19.13. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CBTU e definidas em toda a legislação ambiental aplicável.



20. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 21.1. Considerando o Art. 51 do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da CBTU — RILC CBTU, a verificação de disponibilidade orçamentária é etapa posterior à elaboração do Termo de Referência.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 22.2. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 22.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em:
https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf
- 22.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes, o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 22.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos


Administração Central

- 22.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 22.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.


22. ANEXOS

- 22.1. Matriz de Risco;
- 22.2. Planilha de preços;
- 22.3. Planilha de Quantidades;
- 22.4. Modelo de Proposta;
- 22.5. Cronograma Físico Financeiro;


Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente
 AMARILDO WAGNER DE CARVALHO FONSECA D-
Data: 12/08/2024 11:42:21-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Amarildo Wagner de Carvalho Fonseca Doria
Gerência Técnica de Engenharia Civil – GEENG
CBTU/AC

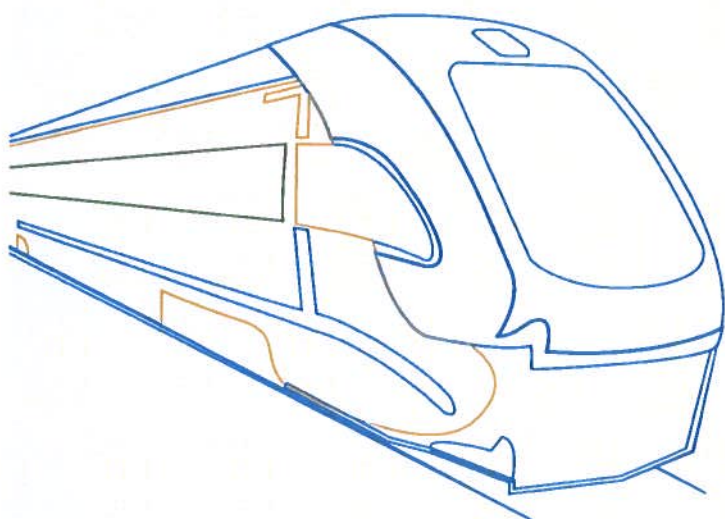
Documento assinado digitalmente
 JOSE JURANDI LOPES CAMPOS
Data: 12/08/2024 11:12:13-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

José Jurandi Lopes Campos
Gerência Geral de Estudos e Projetos – GAESP
CBTU/AC

Documento assinado digitalmente
 ANDRE CORREA JOIA
Data: 12/08/2024 10:52:32-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

André Corrêa Jóia
ADJ/DT
CBTU/AC

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II



À
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL.

PROPOSTA DE PREÇOS

CONARTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL.

DECLARAÇÃO DE NÃO DESONERAÇÃO

A Empresa **CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º **08.202.696/0001-40**, por intermédio do seu diretor e representante legal, o **Sr. Rafael Vieira Arruda Câmara**, portador da Carteira de Identidade n.º [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob n.º [REDACTED], **DECLARA**, que optará em participar do certame **SEM DESONERAÇÃO**, e, ainda, que tal opção será mantida no cadastramento do **CEI** da obra/empreendimento.

Natal/RN, 25 de novembro de 2024.


[REDACTED]
RAFAEL VIEIRA ARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/ DIRETOR
CREA: 210309289-9
[REDACTED]

À
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009,

A Empresa **CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 08.202.696/0001-40, por intermédio do seu diretor e representante legal, o **Sr. Rafael Vieira Arruda Câmara**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], **DECLARA**, como representante devidamente constituído da empresa, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, sob as penas da lei, em especial o art.299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro

participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

f) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Natal/RN, 25 de novembro de 2024.




RAFAEL VIEIRA ARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/ DIRETOR
CREA: 210309289-9


À
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL.

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

A Empresa **CONARTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º **08.202.696/0001-40**, por intermédio do seu diretor e representante legal, o **Sr. Rafael Vieira Arruda Câmara**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED] **DECLARA**, que a proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Natal/RN, 25 de novembro de 2024.


[REDACTED]

RAFAEL VIEIRA ARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/ DIRETOR
CREA: 210309289-9
[REDACTED]

À
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL.

CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. nossa Proposta de Preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por qualquer erro ou omissão que venha a ser verificada na sua preparação.

O preço total desta proposta é de **R\$ 170.456.65 (CENTO E SETENTA MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)**, com base na data de apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preços, conforme preços unitários constantes da Planilha de Orçamento.

Em anexo está o cronograma físico-financeiro da obra.

Declaramos que em nossos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras civis e das obras complementares, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à **CBTU-STU-Natal/RN**.

Comprometemo-nos a executar os eventuais serviços não constantes do Edital, mas inerentes à natureza da obra contratada. Estes serviços serão pagos por orçamento elaborado pela nossa empresa, e aprovado pela **CBTU-STU-Natal/RN**, antes da execução dos mesmos.

O prazo de execução total da obra é de **01 (um) mês**, a partir da data de sua assinatura, conforme cronograma físico-financeiro presente no anexo.

O prazo de **validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.

Acompanham a nossa Proposta de Preço os documentos previstos neste Edital, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Utilizaremos os equipamentos e as equipes técnicas que forem necessárias para a perfeita execução das obras, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da **CBTU-STU-Natal/RN**, para o cumprimento das obrigações assumidas.

Na execução da obra, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da **CBTU-STU-Natal/RN**, assumindo, desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas nos projetos executivos.

Atenciosamente,

Natal/RN, 25 de novembro de 2024.





RAFAEL VIEIRA ARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/ DIRETOR
CREA: 210309289-9



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - RESUMO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU
LOCAL: NATAL/RN
DATA: 25/11/2024

DESCRIÇÃO	VALORES (R\$)	
	SERVIÇOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	R\$ 37.095,26	R\$ 37.095,26
SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.750,68	R\$ 1.750,68
DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES	R\$ 8.090,56	R\$ 8.090,56
TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	R\$ 20.504,65	R\$ 20.504,65
ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA	R\$ 42.809,71	R\$ 42.809,71
DRENAGEM	R\$ 47.310,81	R\$ 47.310,81
SUPERESTRUTURA DA VIA PERMANENTE	R\$ 12.894,98	R\$ 12.894,98
	R\$ -	-
VALOR TOTAL DA PLANILHA	R\$	R\$ 170.456,65
A PRESENTE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA IMPORTA NO VALOR TOTAL DE: CENTO E SETENTA MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS		


RAFAEL VIEIRA CARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/ DIRETOR
CREA: 210309289/9


OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

LOCAL: NATAL/RN

DATA: 25/11/2024

B.D.I. SERVIÇOS: 24,23%

B.D.I. MATERIAIS: 16,80%

Planilha Orcamentária Sintética

Item	Descrição	Und	Quant	Valor Unitário	Valor Unitário c/ BDI	Desconto	Valor Unitário c/ Desconto	Valor Unitário Por Extenso	Total c/ Desconto
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA								37.095,2601
1.1	ADAPT - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - LINHA ROXA 02 07 24	mês	1,00	29.863,13	37.098,97	0,01%	37.095,2601	Trinta e Sete Mil Novecenta e Cinco Reais e Vinte e Seis Centavos	37.095,2601
2	SERVIÇOS PRELIMINARES								1.750,6849
2.1	LOCAÇÃO DE CONTAINER - ALMOXARIFADO SEM BANHEIRO - 6,00 X 2,40M - REV 02_02/2022	mês	1,00	844,43	1.049,04	0,01%	1.048,9351	Um Mil Quarenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos	1.048,9351
2.2	ALUGUEL DE BANHEIRO QUÍMICO, COM 03 LIMPEZAS SEMANAIS	mês	1,00	564,94	701,82	0,01%	701,7498	Setecentos e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos	701,7498
3	DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES								8.090,5609
3.1	DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES	m	35,00	27,71	34,42	0,01%	34,4166	Trinta e Quatro Reais e Quarenta e Dois Centavos	1.204,5795
3.2	DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES	m/via	35,00	125,99	156,52	0,01%	156,5043	Cento e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos	5.477,6522
3.3	DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES	m	70,00	13,79	17,13	0,01%	17,1283	Dezessete Reais e Treze Centavos	1.198,9801
3.4	DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES	m³	21,00	8,03	9,97	0,01%	9,9690	Nove Reais e Noventa e Sete Centavos	209,3491
4	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS								20.504,6494
4.1	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	hora	60,00	10,18	12,65	0,01%	12,6487	Doze Reais e Sessenta e Cinco Centavos	758,9241
4.2	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	m	70,00	3,66	4,55	0,01%	4,5495	Quatro Reais e Cinquenta e Cinco Centavos	318,4682
4.3	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	t	150,00	29,98	37,25	0,01%	37,2463	Trinta e Sete Reais e Vinte e Cinco Centavos	5.586,9413
4.4	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	t/km	1.500,00	1,09	1,36	0,01%	1,3599	Um Real e Trinta e Seis Centavos	2.039,7960
4.5	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	h	30,00	316,66	393,39	0,01%	393,3507	Trezentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Cinco Centavos	11.800,5198
5	ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA								42.809,7087
5.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 600 A 800 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³	m³	972,00	11,45	14,22	0,01%	14,2186	Quatorze Reais e Vinte e Dois Centavos	13.820,4578
5.2	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 600 A 800 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³	m³	559,00	23,79	29,55	0,01%	29,5470	Vinte e Nove Reais e Cinquenta e Cinco Centavos	16.516,7982
5.3	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 600 A 800 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³	m³	1.118,00	5,22	6,49	0,01%	6,4894	Seis Reais e Quarenta e Nove Centavos	7.255,0944
5.4	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 600 A 800 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³	m²	131,61	1,21	1,50	0,01%	1,4999	Um Real e Cinquenta Centavos	197,3903
5.5	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 600 A 800 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 m³	m³	21,00	192,44	239,07	0,01%	239,0461	Duzentos e Trinta e Nove Reais e Cinco Centavos	5.019,9680
6	DRENAGEM								47.310,8084


OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU
LOCAL: NATAL/RN
DATA: 25/11/2024

B.D.I. SERVIÇOS: 24,23%
B.D.I. MATERIAIS: 16,80%

Planilha Orçamentária Sintética

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Unitário c/ B.D.I.	Desconto	Valor Unitário c/ Desconto	Valor Unitário Por Extensão	Total c/ Desconto
6.1	PARALASTRO EM CONCRETO ARMADO ALTURA DE 60CM - MOLDADO NO LOCAL COM EXTRUSORA - INCLUSO ESCAVAÇÃO E REATERRO DE 20CM - ADAPTADA - SINAPI 94266	m	70,00	222,15	275,98	0,01%	275,9524	Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Noventa e Cinco Centavos	19.316,6681
6.2	CANALETA MEIA CANA D = 0,40 M ASSENTE SOBRE LASTRO DE AREIA - AREIA EXTRAÍDA E BRITA PRODUZIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	70,00	60,66	75,36	0,01%	75,3525	Setenta e Cinco Reais e Trinta e Cinco Centavos	5.274,6725
6.3	ENTRADA PARA DESCIDA D'ÁGUA - EDA 02 - AREIA E BRITA COMERCIAIS	un	2,00	72,37	89,91	0,01%	89,9010	Oitenta e Nove Reais e Noventa Centavos	179,8020
6.4	DESCIDA D'ÁGUA DE ATERROS EM DEGRAUS - DAD 03 - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m	20,00	460,69	572,31	0,01%	572,2528	Quinhentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos	11.445,0554
6.5	DISSIPADOR DE ENERGIA - DEB 12 - AREIA EXTRAÍDA E BRITA E PEDRA DE MÃO PRODUZIDAS	un	2,00	4.465,80	5.547,86	0,01%	5.547,3052	Cinco Mil Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Um Centavos	11.094,6104
7	SUPERESTRUTURA DA VIA PERMANENTE								12.894,9804
7.1	LASTREAMENTO MANUAL DA VIA (DISTRIBUIÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DE BRITA) - DESCARGA ATRAVÉS DE CAMINHÃO RODO-FERROVIÁRIO OU VAGÃO PRANCHA	m	35,00	17,51	21,75	0,01%	21,7478	Vinte e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos	761,1739
7.2	ACABAMENTO MANUAL DO PERFIL DO LASTRO DE BRITA APÓS O NIVELAMENTO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO DA SUPERFÍCIE	m	35,00	4,07	5,06	0,01%	5,0595	Cinco Reais e Seis Centavos	177,0823
7.3	MONTAGEM MANUAL DE VIA PERMANENTE - INCLUINDO DISTRIBUIÇÃO E POSICIONAMENTO DE DORMENTES DE CONCRETO MONOBLOCO, TRILHOS TR-45, TALAS DE JUNCÃO E FIXAÇÕES ELÁSTICAS	m	35,00	67,97	84,44	0,01%	84,4316	Oitenta e Quatro Reais e Quarenta e Três Centavos	2.955,1045
7.4	ALINHAMENTO MANUAL DE VIA	m	60,00	14,25	17,70	0,01%	17,6982	Dezassete Reais e Setenta Centavos	1.061,8938
7.5	NIVELAMENTO MANUAL DE VIA COMPREENDENDO SOCARIA MECANIZADA (COM GRUPO MOTOR-JACKSON) E RECOMPOSIÇÃO DO LASTRO DE BRITA	m	60,00	14,25	17,70	0,01%	17,6982	Dezassete Reais e Setenta Centavos	1.061,8938
7.6	SOLDA ALUMINOTÉRMICA PARA TRÁS COM CADINHO DESCARTÁVEL, EXECUTADA NO CAMPO, PARA FORMAÇÃO DE TRILHO LONGO SOLDADO (TLS)	un	4,00	1.384,23	1.719,63	0,01%	1.719,4580	Um Mil Setecentos e Dezenove Reais e Quarenta e Seis Centavos	6.877,8321

Total Geral: R\$ 170.456,65
CENTO E SETENTA MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS


RAFAEL VIEIRA ABRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL / DIRETOR
CREA: 210309289-9

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

LOCAL: NATAL/RN

DATA: 25/11/2024

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ITENS		PERÍODOS				TOTAIS	
		VALOR	PERC.	1		2		3	
		R\$	%	SEMANA	SEMANA	SEMANA	SEMANA	SEMANA	SEMANA
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	37.095,26	21,76%	9.273,8150 25,00%	9.273,8150 25,00%	9.273,8150 25,00%	9.273,8150 25,00%	9.273,8150 25,00%	37.095,26 100,00%
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1.750,68	1,03%	875,3400 50,00%	875,3400 50,00%	-	-	-	1.750,68 100,00%
3	DESMONTAGEM E DEMOLIÇÕES	8.090,56	4,75%	2.427,1680 30,00%	5.663,3920 70,00%	-	-	-	8.090,56 100,00%
4	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS	20.504,65	12,03%	6.151,3950 30,00%	6.151,3950 30,00%	4.100,9300 20,00%	4.100,9300 20,00%	4.100,9300 20,00%	20.504,65 100,00%
5	ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA	42.809,71	25,11%	12.842,9130 30,00%	12.842,9130 30,00%	12.842,9130 30,00%	12.842,9130 30,00%	4.280,9710 10,00%	42.809,71 100,00%
6	DRENAGEM	47.310,81	27,76%	-	9.462,1620 20,00%	14.193,2430 30,00%	23.655,4050 50,00%	-	47.310,81 100,00%
7	SUPERESTRUTURA DA VIA PERMANENTE	12.894,98	7,56%	-	1.289,4980 10,00%	6.447,4900 50,00%	5.157,9920 40,00%	-	12.894,98 100,00%
TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO		170.456,65	100,00%	31.570,63 18,52%	45.558,52 26,73%	46.858,39 27,49%	46.469,11 27,26%	46.469,11 27,26%	
TOTAIS POR DESEMBOLSO MENSAL				31.570,63 18,52%	77.129,15 45,25%	123.987,54 72,74%	170.456,65 100,00%	170.456,65 100,00%	
TOTAIS ACUMULADOS									

RAFAEL VIEIRA VARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/DIRETOR
CREA: 210309289-9

BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU

LOCAL: NATAL/RN

DATA: 25/11/2024

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
		TAXA(%)		TAXA(%)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
A	DISPESAS INDIRETAS				
A.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - (ADM)	4,010%		4,490%	
A.02	SEGUROS - (S) + GARANTIAS - (G)	0,400%		0,820%	
A.03	RISCOS E EVENTUAIS - (RIS)	0,560%		0,890%	
A.04	CAPITAL DE GIRO E CUSTOS FINANCEIROS - (DEF)	1,110%		1,110%	
B	IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO - (IMP)				
B.01	PIS	0,650%		0,650%	
B.02	ISS	5,000%			
B.03	COFINS	3,000%		3,000%	
C	LUCRO BRUTO - (LB)	6,920%		4,800%	
TAXA DE B.D.I = (((1+ADM+S+RIS+G)(1+DEF)(1+LB)/(1-IMP))-1))*100		24,23%		16,80%	

A COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI FOI ELABORADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, LEI Nº 13.161/2015 PARA EFEITO DE CONFERÊNCIA E APLICAÇÃO.


RAFAEL VIEIRA ARRUDA CÂMARA
ENG.º CIVIL/ DIRETOR
CREA: 210309289-9

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO TALUDE ENTRE AS ESTACAS 1+220M E 1+240M DA VIA FÉRREA DA LINHA ROXA DA CBTU-STU-NATAL
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15-2024/GALIC/AC/CBTU
LOCAL: NATAL/RN
DATA: 25/11/2024

A - Encargos Sociais Básicos:		Horista	Mensalista
A.1	INSS	20,00%	20,00%
A.2	SESI	1,50%	1,50%
A.3	SENAI	1,00%	1,00%
A.4	INCRA	0,20%	0,20%
A.5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A.6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A.7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A.9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	Total	36,80%	36,80%
B - Encargos Sociais que recebem as incidências de A:			
B.1	Repouso Semanal Remunerado	17,99%	Não incide
B.2	Feriados	4,28%	Não incide
B.3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,66%
B.4	13º Salário	11,12%	8,33%
B.5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B.6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B.7	Dias de Chuvas	1,82%	Não incide
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B.9	Férias Gozadas	12,67%	9,49%
B.10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	49,72%	19,20%
C - Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A:			
C.1	Aviso Prévio Indenizado	5,22%	3,91%
C.2	Aviso Prévio Trabalhado	0,12%	0,09%
C.3	Férias Indenizadas	1,60%	1,20%
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,67%	2,00%
C.5	Indenização Adicional	0,44%	0,33%
C	Total	10,05%	7,53%
D - Taxas das reincidências:			
D.1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	18,30%	7,07%
D.2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%
D	Total	18,76%	7,42%
TOTAL (A + B + C + D)		115,33%	70,95%

A COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DOS ENCARGOS SOCIAIS FOI ELABORADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, LEI Nº 13.161/2015 PARA EFEITO DE CONFERÊNCIA E APLICAÇÃO.

RAFAEL VIEIRA ARRUDA CAMARA
 ENG.º CIVIL/ DIRETOR
 CREA: 210309289-9